



Conselho Estadual dos Direitos do Idoso

CEDI/PR



SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO - SEJUF

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA – DEZEMBRO/2019

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO

09/12/2019 CEDI/PR

1
1
2
3
4
5
6 Ao nono dia do mês de dezembro, às 09h00, em primeira convocação, e às 09h15, em segunda
7 convocação, na sala de Gestão do Palácio das Araucárias, à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº,
8 6º andar, ala A – bairro Centro Cívico, em Curitiba-PR, foi dado início a mais uma Assembleia
9 Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI/PR, para a qual os Conselheiros
10 foram previamente convocados. No horário pré-determinado, o Presidente Sr. Jorge Nei Neves
11 (Associação São Francisco de Assis De Pinhão – Guarapuava) solicitou em primeira chamada a
12 apresentação dos Conselheiros presentes: José Araújo da Silva (Ação Social do Paraná), Cláudia
13 Costa Carneiro (suplente – Ação Social do Paraná), Gerson Zafalon Martins (Associação Amigos
14 do HC); Carolina Calefi (suplente – Associação Amigos do HC), Rosângela J. Schmidt (APP
15 Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública), Aécio Flávio Saldanha de Araújo (Associação
16 dos Idosos, aposentados e pensionistas do Sudoeste de Paraná), presidente – Jorge Nei Neves
17 (ASFAPIN), Maria de Lourdes M. Schram (Pastoral da Pessoa Idosa – Cascavel), Sérgio Rene de
18 Assis (IPC), Elisa Baraldi Canales (CEGEN), Damary M. S. Escobar (Pequeno Cotelengo),
19 Terezinha Correa Maciel Barbosa (Associação de Proteção ao Idoso de Ourizona – Maringá),
20 Fernanda da Rocha Salles (Lar dos Idosos Recanto do Tarumã), Vera Lúcia Marcelino (SEAB),
21 Mauro Cachel (SEDEST), Adriane Miró V. Benke (SESA), Cidete Maria Chiapetti (suplente –
22 SESA), Fernando Fabiano Castellano Júnior (CPPI- SEJUF), Adriana Santos de Oliveira (CPPI-
23 SEJUF), Lucimeri Sampaio Bezerra (COHAPAR), Janice Cherpinski (SESP) e José Maia (SETI).
24 Colaboradores: Urandy Ribeiro do Val, Dacir Vilar (CMDPI de Londrina), Rosely L. Schinemann
25 (SEUF), Luiz M. Neto (COHAPAR) e Juliana Muller (SEC-CEDI). **1. Abertura:** após a constatação
26 de quórum, a reunião iniciou-se. **2. Aprovação da pauta:** pauta aprovada com a exclusão do
27 ponto 6. Apresentação - Projeto “Viver mais Paraná – COHAPAR pela SEC Juliana Muller, pois o
28 superintendente que exporia não pôde estar presente antes das 16h. O Sr. Urandy pediu a palavra
29 para explanação antes do ponto 10. **3. Aprovação das atas (Junho e Outubro):** atas aprovadas.
30 **4 Informes da Mesa Diretora:** o presidente informou que esteve em Brasília no Encontro Técnico
31 dos Presidentes Estaduais dos Direitos do Idoso e com o Conselho Nacional, com
32 representatividade total dos conselhos estaduais. O presidente relatou a representação do
33 conselho ao falar sobre o trabalho realizado e que se pôde também ouvir dos demais presidentes
34 sobre os conselhos em que estão presidentes. A avaliação que se obteve fora de que o CEDI- PR
35 está à frente em alguns pontos, atrasados em outros, mas que as comparações guardam as suas
36 devidas proporções e peculiaridades. Expressou que o Paraná é um dos 8 estados que não
37 fizeram a conferência estadual. A discussão girou em torno de várias questões, das quais
38 destacou: a importância do Plano Estadual, das Conferências Estaduais, da Conferência Nacional,
39 da EBAPI, o Programa Viver, ILPI's - sua forma de trabalho e como os municípios, os Estados e o
40 próprio Conselho Nacional passarão a olhar para as instituições. Expressou certa complicação por
41 conta da cobrança incumbida pelo Conselho Nacional de questões que o próprio não pôde lidar,
42 dentre elas o acompanhamento que o Conselho Estadual precisa fazer da EBAPI, que está sendo
43 implementado, mas que se carece de fazer o acompanhamento dos conselhos municipais,
44 detentores do protagonismo no processo de implementação da estratégia – contudo, há de se
45 ressaltar o já iniciado procedimento, na comissão de acompanhamento aos conselhos municipais,
46 de avaliação dos municípios que ainda não têm conselho municipal e, conseqüentemente,
47 observar os que não têm plano, os que não têm fundo e assim por diante, para realizar um
48 acompanhamento mais aproximado. Expressou acerca da reorganização do Conselho Nacional a



Conselho Estadual dos Direitos do Idoso

CEDI/PR



2

49 partir de fevereiro, com a entrada de mais alguns ministérios e mais alguns membros da
50 Sociedade Civil, com a proposta de passar a ter 14 integrantes. O presidente relatou ainda que a
51 principalmente reclamação dos presidentes e representantes presentes fora acerca do desmonte
52 que o Conselho Nacional atravessou, do qual o CEDI-PR já manifestou seu descontentamento –
53 por isso, a proposta de recomposição. Informou que em fevereiro haverá outra reunião, na qual
54 precisará levar algumas respostas, já que as demandas precisavam ser debatidas dentro dos
55 conselhos estaduais. Entre tais questões, a situação da Conferência Nacional, na qual, segundo o
56 Secretário, o fundo nacional para 2020 contará com R\$3.000.000,00 apenas, um valor tido como
57 irrisório. Com isso, o envio dos delegados para a Conferência Nacional será atribuição dos
58 Estados. Foi deliberado ainda que os Estados terão até 31 de março de 2020 para realização das
59 Conferências Estaduais, com sanção de não participação na Conferência Nacional para o
60 município que não cumprir com a determinação. Há a determinação também de que os Estados
61 que cumpriram com a data de realização das Conferências Estaduais até o mês de Agosto de
62 2019 terão respeitado o número de delegados para a Conferência Nacional, enquanto aqueles
63 que fizeram ou fizerem terá o número reduzido. Com a iminência da data e das dificuldades de
64 execução previstas para a realização da Conferência Estadual, já que não há a garantia nem de
65 recursos tendo em vista o fechamento do procedimento em Setembro, o presidente propôs o
66 encaminhamento ao Conselho Nacional de respostas deste teor por escrito, informando-os, além
67 de esclarecer acerca da impossibilidade envio dos delegados à Conferência Nacional, que será
68 atribuição do próprio Conselho Nacional, inclusive respeitando o número de delegados que já fora
69 tido como regra. Com isso, abriu-se inscrição para colocações e posicionamentos. O Dr.
70 Castellano manifestou que se dispõe a entrar em contato com o Secretário Antônio Costa para
71 que se volte atrás em relação ao comentário e situação apresentada, e em relação à Conferência,
72 exprimiu que foi solicitado pelo Conselho no dia 1º de Novembro, e já enviado à PGE no dia 4, foi-
73 se avaliado o parecer da PGE, que ainda está em trâmite, e, expressou que na lei 16.644/2010 há
74 o artigo 5º que gera uma dubiedade de interpretação; antecipando-se, o Secretário Ney já enviou
75 à Casa Civil um anteprojeto solicitando alteração na lei, a fim de que fique mais clara, onde consta
76 todas as despesas vinculadas à Conferência. Contudo, independente disso, exprimiu que já se
77 solicitou uma reserva orçamentária de R\$800.000,00, mas que não há garantias de datas. Já o Sr.
78 Araújo apontou suas considerações salientando que da mesma forma que se entende que a
79 responsabilidade financeira e administrativa da realização da conferência municipal é do
80 município, tal qual a conferência nacional é de responsabilidade do conselho nacional; outro
81 ponto, indicou, ainda da conferência nacional, refere-se à data de realização, pois concomita com
82 a data de eleições municipais, o que também precisa ser questionado. O presidente expressou
83 concordar com o posicionamento do Sr. Araújo, mas esclareceu que a preocupação de a
84 conferência estadual ser após Abril dá-se por conta da troca de gestão administrativa da
85 secretaria, que é inevitável, o que pode gerar uma quebra. Para abertura do processo licitatório, o
86 Dr. Vitor Hugo manifestou que é bastante complexa obter a licitação até o dia 30 de março de
87 2020, com a dependência de outros fatores perante essa aprovação, como a abertura do
88 processo pela SEFA, e principalmente a questão da data da conferência, pois, elucidou, que ao se
89 construir um termo de referência com uma data, a alteração força o reinício de todo processo,
90 alterando todo o orçamento. O Sr. Araújo ainda questionou se as conferências que ainda não
91 foram realizadas seriam de responsabilidade também do governo federal, visto que a descoberta
92 do fato de que a conferência nacional não será mais no período previsto gera o adiamento, com
93 vistas a melhor preparação, das conferências estaduais. A conselheira Fernanda propôs ainda a
94 realização de um trabalho de pesquisa rápida questionando da redução do fundo especificamente,
95 a fim de compreender também a maneira pela qual se garantirá a política nacional sem recursos.
96 O presidente também exprimiu da apresentação solicitada a ele, no Encontro Técnico, enquanto
97 presidente, em fevereiro, uma proposta de capacitação que o conselho estadual fará com os
98 CMDI's, porque, segundo o Secretário, o CNDI transferiria via fundo nacional para o fundo
99 estadual um recurso específico para tal processo capacitatório; assim, a sugestão do presidente



Conselho Estadual dos Direitos do Idoso

CEDI/PR



3

100 fora trabalhar o projeto em conjunto, a fim de habilitar-se ao recurso – a este respeito, o Sr. Araújo
101 lembrou que se capacita as gestões desde 2018 com a coordenadoria da Pessoa Idosa. **4.1 -**
102 **Calendário de Reuniões 2020:** o presidente expressou acerca da minuta do calendário de
103 reuniões, lembrando primeiramente que as primeiras reuniões (fevereiro, março, abril e maio) já
104 foram aprovadas as datas das reuniões da comissão da conferência estadual, e na sexta esteve-
105 se com a Adriana e com o Eduardo Ferreira para tratar sobre a Plataforma Longe Viver; assim,
106 realizar-se-ia uma semana extensiva de trabalho com este princípio, e é por essa razão que as
107 reuniões acabam na quinta-feira pela manhã até o meio dia. Dessa maneira, as semanas de
108 reunião seriam: terça-feira com a Plataforma Longe Viver de manhã e comissão da conferência a
109 tarde, quarta com comissões permanentes de manhã e plenária a tarde e quinta relatório das
110 comissões, otimizando principalmente a vinda dos conselheiros do interior. Logo, a primeira
111 reunião seria 19 e 20 de fevereiro, tendo em vista o fato de que a 4ª quarta é quarta-feira de
112 cinzas e a reunião com o conselho nacional. Adiante: 25 e 26 de março, 13 e 14 de abril e 27 e 28
113 de maio. O Presidente propôs que já se planeje as reuniões ampliadas e descentralizadas, pois,
114 conforme regimento, precisam acontecer no mínimo duas dessas durante o ano; assim, o
115 conselho aprovou a primeira reunião descentralizada em Cascavel nos dias 24 e 25 de Junho e a
116 segunda em 28 e 29 de Outubro, da proposição do Sr. Aécio de que seja em Francisco Beltrão,
117 aprovado pelo conselho. Há a possibilidade de uma terceira reunião, em Agosto, em Londrina, a
118 ser analisado pelo conselho e consultado ao município. **Parecer do CEDI:** calendário
119 **APROVADO.** Adiante, nos informes, o vice-presidente Matheus informou que pediu a exoneração
120 de seu cargo na Secretaria, dessa maneira, agradeceu ao colegiado pelo auxílio e condução dos
121 trabalhos. **4.2 - Informes da Secretaria Executiva:** a SEC Juliana Muller informou que em janeiro
122 estará de férias, registrando que a equipe poderá suprir certas demandas, para o caso de alguém
123 precisar de apoio ou instrução da Secretaria Executiva. Manifestou ainda que se busca agilizar a
124 situação dos cartões corporativos, tendo em vista o planejamento de várias reuniões fora de
125 Curitiba para 2020, pois carece-se que se solicite a senha – já que a não realização volta o
126 processo ao início de solicitação do cartão no Banco do Brasil; logo, a SEC realizará o
127 levantamento da necessidade de solicitação e entrará em contato com cada um dos que estão em
128 pendência. A SEC, por fim, comprometeu-se em cumprir os encaminhamentos até o fim das
129 atividades de dezembro, inclusive incluindo o calendário de reuniões no site do conselho. O
130 presidente informou acerca do convite, que não fora encaminhado à Secretaria Executiva tendo
131 em vista o encerramento das ações da Central de Viagens para abertura do orçamento, da IV
132 Edição do Fórum Social Mundial da Pessoa Idosa e PCD, de 28 Janeiro a 01 de fevereiro de
133 2020, no Rio Grande do Sul, com a tentativa de se criar um Fórum Nacional dos Conselhos
134 Estaduais dentro do evento. No entanto, o Sr. Araújo expressou que a deliberação e a previsão do
135 empenho o pagamento fica válido a ser pago posteriormente; com isso, o encaminhamento de
136 estabelecer contato com o financeiro, na pessoa da Marcela, para tal. Afinal, a conselheira
137 Marcela respondeu que não é possível, já que não se pode deixar recursos, é preciso realizar o
138 pedido após abertura do orçamento. O presidente, com isso, sugeriu um encaminhamento que
139 defina os conselheiros que participarão supondo que a abertura do orçamento possibilite a
140 viagem. Já a conselheira Cidete (SES apresentou o evento da Secretaria de Saúde, nos dias 16 e
141 17 de dezembro, em Curitiba ou região metropolitana, do I Encontro Envelhecer com Saúde no
142 Paraná. O evento tem o intuito de promover uma integração e sensibilização entre as diferentes
143 secretarias e entre as diferentes áreas da própria Secretaria de Saúde; o convite disponibiliza três
144 vagas para o CEDI. Assim, os conselheiros delegados para o evento foram: Adriana, prof. Maia e
145 Cristina. **Parecer do CEDI:** Aprovado. **5. Informes da Gestão:** Dr. Castellano iniciou os informes
146 primeiramente pedindo escusas ao Sr. Antônio Carlos pelo transtorno ocorrido no evento do
147 Paraná Solidário e, assim, relatou que se trabalha com a UniBrasil em torno de vários eventos,
148 situações e ações, de onde se busca aprimoramentos, pois se discutirá o aporte e o apoio que se
149 poderá receber dentro do que já havia sido prometido ao Sr. Antônio Carlos. Em relação à
150 FECOPAR, a respeito da participação dos contadores que contribuirão no fundo, já se munícia de



Conselho Estadual dos Direitos do Idoso

CEDI/PR



4

151 material o setor que se encarregará da divulgação e do estatuto, no site – porém, exprimiu, por ser
152 um processo novo talvez não haja arrecadação a nível FIA, mas há boas expectativas a partir do
153 próximo ano. Para a divulgação, ainda conta-se com a participação do cover do Elvis Presley, o
154 Rogério Cordoni, vinculado a um grupo de TV, de onde se obterá auxílio na divulgação e estímulo
155 da doação para o FIPAR. Dr. Castellano expressou também que se realizou o monitoramento do
156 Plano Estadual da Pessoa Idosa, da vigência 2015 a 2018, tendo sido já exposta a dificuldade de
157 acessar os dados na mudança de gestão; dessa forma, realizou-se de maneira resumida,
158 relatando que já foram solicitadas as providências para o trabalho e execução do próximo Plano;
159 dos detalhes, embasou: observou-se várias ações atingidas, parcialmente atingidas e não
160 atingidas – no caso de haver dúvidas em relação às não atingidas, assume-se o compromisso de
161 solicitar à Secretaria que especifique as ações. Dr. Castellano disponibilizou cópias do Plano aos
162 Conselheiros. Mediante a solicitação do conselheiro Sérgio, exprimiu que se estará até a próxima
163 apresentando um áudio para ter o estatuto de uma maneira resumida à disposição da pessoa
164 idosa que tenha deficiência visual, com a visualização de que esteja pronto até fevereiro. Expôs
165 que se recebeu material do Dr. Gerson sobre Casa Certa e Casa Errada, discutiu-se sobre cartilha
166 e tentará elaborar-se de maneira conjunta, com a participação da SESA. Em relação à SETI,
167 obteve-se uma reunião com o superintendente Aldo Bona, que terá a palavra na próxima reunião
168 do conselho, para apresentar o trabalho; exprimiu que durante a reunião discutiu-se e acordou-se
169 de maneira gentil a disponibilidade que a SETI dará suporte à todos os condomínios horizontais –
170 da estrutura de tais condomínios, a UniBrasil executará na região metropolitana e a SETI,
171 gratuitamente, dará suporte. O segundo item fechado com a SETI é o de que todas as sessenta
172 universidades estaduais elaborarão em maneira à distância e com a parte presencial o curso de
173 extensão de cuidador de idoso; dessa forma, realizou-se a primeira tratativa, como foi com a
174 UniBrasil, e para o começo do ano contar-se-á com a SESA para unificar e padronizar a questão.
175 A nível Conselho Regional de Medicina, ter-se-á uma reunião onde ficou acordado que mais de 5
176 mil médicos aposentados, estimativa do CRM, receberão um chamamento para que auxilie a
177 atender nas instituições de longa permanência para idosos que assim precisarem; com isso,
178 solicitou aos conselheiros que identifiquem em seus municípios as instituições que não tenham
179 ou precisem de um reforço continuado médico. Dr. Castellano informou acerca do recebimento de
180 computadores do DETRAN, composto por CPU, mouse e teclado, faltando o monitor – procura-se
181 a obtenção deste junto ao Dep. Cobra, via uma empresa; dessa forma, solicitou ao conselho que
182 apontem instituições que tenha a necessidade do material. Em relação ao transporte
183 intermunicipal e a previsão da gratuidade, fora finalizado e entregue a proposta da gestão para o
184 Ministério Público, já com as considerações ponderadas cabíveis por este. A respeito da UNATI,
185 elogiou o trabalho desenvolvido. Por fim, consideração à EBAPI, exprimiu que se encontrava com
186 82 municípios aderidos, com a meta de se chegar à 100, mas com a necessidade de se ter todos
187 os municípios envolvidos tendo em vista as políticas públicas voltadas para o que é previsto. O
188 presidente Jorge Nei agradeceu à fala e solicitou à coordenação, exprimindo que a solicitação
189 seja realizada também dentro da SETI, de um ofício para o superintendente solicitando a
190 apresentação antes do fechamento da pauta da próxima reunião, pouco antes da segunda
191 metade do mês de fevereiro. Solicitou também para o Dr. Castellano três apresentações de
192 relatórios para o conselho, que seria: o relatório das propostas da última conferência, já embutido
193 no próprio relatório final do plano estadual, mas no sentido de analisar as propostas colocadas na
194 6ª Conferência e o que foi implementado ao longo do tempo. Outro relatório solicitado fora o da
195 EBAPI, informando quais são os municípios e como está o andamento da implementação dessa
196 estratégia nos municípios, a fim de receber apoio do conselho Estadual no sentido de estabelecer
197 contato com os municípios. E, por fim, solicitou uma apresentação do Plano Estadual que será
198 composto, esclarecendo o projeto. A conselheira Adriane apontou para a necessidade de
199 averiguar e promover a capacitação de tais médicos que farão parte do trabalho voluntário, no
200 sentido de sensibilização no atendimento à pessoa idosa; a conselheira Cláudia complementou
201 dizendo que no trabalho com idosos acometidos de Alzheimer, percebe-se o impacto na qualidade



Conselho Estadual dos Direitos do Idoso

CEDI/PR



5

202 de vida com a medicação errada, por uma associação medicamentosa infeliz. A conselheira Elisa
203 expressiu que tal cuidado está dentro do que se considera como cuidados paliativos, um dos
204 grandes recursos na gerontologia – o cuidado integral visando a manutenção da qualidade de
205 vida. O Dr. Castellano respondeu que seria pueril considerar a falta de elaboração um
206 atendimento e uma qualificação de tais médicos, tendo em vista o trabalho do CRM; já em relação
207 ao alinhamento, expressou que a importância dá-se com todas as secretarias, logo, realiza-se
208 elaborações voltadas a tal princípio. A conselheira Adriane, assim, esclareceu que questionamento
209 não fora de ordem leviana e apresentou o modelo de saúde construído, uma proposta de ordem
210 inovadora e alinhada à proposta da OMS, lançada em 2019; o modelo está bem fundamentado e
211 definido, mas que se luta por sua implementação a nível estadual. Expressou a falta de geriatria e
212 gerontologia dentro dos cursos, logo, não seria ofensa alguma o questionamento a respeito da
213 capacitação, tão pouco colocar o CRM em dúvida, mas esclarecer a importância de tal princípio.
214 Adiante, o Dr. Gerson apontou para a totalidade das questões apresentadas pelo Dr. Castellano,
215 exprimindo que não se deve ater-se apenas a um desses pontos, expressando considerar o
216 material eficiente para um bom trabalho. Ressaltou a preocupação com os moldes das instituições
217 de longa permanência, exprimindo não considerar jamais entrar em uma, visto a precariedade.
218 Acerca da relação do conselho regional, apontou que a se apresentará o projeto e estabelecer-se-
219 á contato com a Sociedade Brasileira de Neurologia, Geriatria e Gerontologia do Paraná,
220 estipulando maneiras de como capacitar. Já a conselheira Roseli retornou ao debate do Plano
221 Estadual, expressando que já se está em uma minuta de ofício no gabinete do Secretário para
222 que se encaminhe para todas as secretarias em que há atividades para o idoso, as que já
223 compõem o próprio plano e algumas outras que não constavam, mas que se entende a
224 possibilidade de haver alguma ação. Elucidou que algumas secretarias foram extintas, enquanto
225 outras absorvidas por demais secretarias. Assim, expressiu que se entrega um relatório, com o
226 estágio de início programado para acontecer logo após a indicação de dois nomes – um titular e
227 um suplente – para compor uma comissão de elaboração do plano estadual, de vigência 2020 a
228 2023. Pretende-se que tal retorno seja realizado até 23 de dezembro de 2019, com a intenção de
229 que o início dos trabalhos seja realizado ainda no começo de fevereiro de 2020. Logo, a
230 conselheira expressiu não entender o caráter de se obter outro relatório. O presidente elucidou que
231 a solicitação é de uma apresentação oral deste, esmiuçando e esclarecendo o que nele conste,
232 além de fazer com que o conselho contribua e ajude a colocar algumas situações. Assim, com o
233 relatório já pronto, os conselheiros podem lê-lo e trazer as contribuições na próxima reunião. A
234 conselheira compreendeu a solicitação e, adiante, expressou a respeito da continuidade das
235 ações, dizendo que tal implicação exige que o planejamento consta em um plano futuro, enquanto
236 das ações não iniciadas, ao se perceber a necessidade de concretude, a inclusão no
237 planejamento. Lembrou também que após a conferência estadual ainda precisa-se acatar as
238 propostas expressas. Do método de composição do plano, a conselheira ainda expressiu a respeito
239 de outro problema, das ações que são atribuídas às secretarias e, em seguida, descobre-se que
240 não o são, evidenciando outra problema de gestão do plano, dificultando-o ainda mais. Relatou
241 que a construção das propostas por eixos foi a forma encontrada para melhor realização, de onde
242 se extraiu a somatória e porcentagem, ou seja, pode-se observar quantas foram concluídas.
243 Informou que na saúde e na Secretaria de Esporte e Turismo constará a mesma proporção em
244 porcentagem do que já havia sido realizado em conversa na outra gestão, já que não se obteve
245 retorno em tempo. Com isso, registrou que se fez o máximo possível para poder chegar à tal
246 conclusão do plano. Expressiu, por fim, a pretensão de que o próximo plano seja mais de mais fácil
247 compreensão e visualização e que seja trabalhado em conjunto com o conselho. O presidente
248 agradeceu à apresentação e ressaltou de que faz parte do trabalho dos conselheiros estudar o
249 plano antigo, a fim de um olhar atento, e, tendo em vista o relatório, realizar as contribuições
250 necessárias na próxima reunião – onde se evidencia a qualidade de se obter tempo de
251 recebimento do material para estudo e, em seguida, obter esclarecimento. A conselheira Adriana
252 reforçou que o plano foi fechado, após consulta pública em sua emissão, e que está passível de



Conselho Estadual dos Direitos do Idoso

CEDI/PR



6

253 falhas, assim como os outros que virão; expressou que a Roseli esteve no trabalho de
254 monitoramento, onde foram criados os status de concluído, concluído parcialmente e não
255 concluído, além do bloco de esclarecimentos e outros, para que se possa informar de maneira
256 transparente para o conselho. Todo o material esteve disponibilizado para entendimento e,
257 inclusive, para fechamento apenas no final da segunda metade de 2018, onde encerra sua
258 vigência. Logo, os resultados que precisam ser trazidos são o resultado do plano e o percentual
259 atingido por Secretaria nas ações, que já possui relatório previamente construído para servir de
260 subsídio. Reforçou, ainda, a ideia do comitê com diferentes secretarias, para realizar um trabalho
261 integrado. O Sr. Araújo apontou para as considerações de que a coordenação estadual da política
262 do idoso faz parte do Estado, logo, a autoridade é de coordenar a política a nível estadual, o que,
263 segundo ele, não pode ser perdido de vista. Ressaltou ainda que os conselheiros não são
264 técnicos em definição, nem está em atuação enquanto técnico, mas como conselheiro, logo, um
265 ser político, com a atribuição de deliberar o plano, não de construí-lo – tarefa da gestão. O Sr,
266 Urandy colocou que quando começou-se a tencionar a intenção era de que fosse criada uma
267 coordenação para que fizesse as cobranças das políticas de cada secretaria. A Roseli, afinal,
268 encerrou dizendo que em momento algum fora colocada a necessidade de elaboração do plano
269 por parte dos conselheiros, mas que se solicitou acompanhamento destes das ações. Expressou
270 ainda que o contato com as secretarias que não têm representação no conselho é mais
271 dificultoso, além de o entendimento destas acerca de o que é um plano estadual ficar mais
272 debilitado, o que dificulta o processo. Dr. Castellano, assim, elucidou que a coordenação está
273 limitada e que realiza ações para o presente e para o futuro, então, é atribuição também
274 acompanhar a execução; dessa maneira, a proposta realizada é que se realize um balizamento
275 anualmente para cobrar o andamento e a segunda proposta de que para a reunião de março,
276 após convocar as secretarias que têm o material, será disponibilizado um tempo em tal reunião
277 para que cada secretaria apresente seus feitos. **8. Apresentação – Projeto Segurança no**
278 **Acolhimento – Asilo São Vicente de Paulo/ Banco de Projetos:** A apresentação na íntegra está
279 disponível no site: A conselheira suplente, Cláudia Costa Carneiro (ASP), iniciou a apresentação
280 registrando que a entrada no projeto no SISTAG, conforme havia sido sinalizada a ausência na
281 última reunião. Adiante, apresentou: a Ação Social do Paraná é a ONG que mantém o Asilo São
282 Vicente de Paulo e o Centro Dia – além das unidades, há um centro de educação infantil e
283 também os restaurantes populares. Expressou que as unidades traçam um longo caminho no
284 atendimento à pessoa idosa, atualmente atendendo 150 idosos em situação de risco e
285 vulnerabilidade social. O projeto, assim, visa a captação de recursos através da doação de
286 imposto de renda por meio do FIPAR para promover a instalação de sistema de prevenção de
287 descarga atmosférica no Asilo, pois, relatou, em Setembro alguns aparelhos do asilo foram
288 danificados após descarga elétrica proveniente de uma tempestade. O atendimento do asilo é
289 integral, onde se preza pela independência e autonomia da pessoa idosa, promovendo o
290 autocuidado, segurança e conforto. Segue-se uma normativa bem específica no cuidado à pessoa
291 idosa. A execução do projeto será coordenada por uma empresa de engenharia especializada em
292 instalação de sistema de prevenção de descargas atmosféricas, sendo que o menor valor orçado
293 foi de R\$300.058,86 para cobrir todo o perímetro de São Vicente. Informou que dentro do projeto
294 a comissão de políticas públicas teve a oportunidade de manusear o projeto, logo, consta todos os
295 orçamentos e o expondido foi o menor deles. Ilustrou a estrutura básica do asilo. A captação será
296 via banco de projetos, bastando apenas o encaminhamento favorável do conselho. A conselheira
297 Fernanda comentou realizou um projeto do mesmo tipo Socorro Aos Necessitados para o CMDI e,
298 após aprovado, capta pelo imposto de renda; assim, expressou que há total segurança na
299 execução. Acerca do repasse continuado pelo fundo, o Sr. Araújo expôs uma questão do CMDI de
300 Curitiba, dizendo que se pretende implantar o família acolhedora, em que as famílias receberão
301 um salário mínimo como incentivo e estão realizando um projeto de lei do qual consta que o fundo
302 do idoso bancará – assim, apontou para tal problemática, mas sem respostas da promotoria.
303 Logo, requereu atenção. O Dr. Castellano esclareceu que o Família Acolhedora elaborará um



Conselho Estadual dos Direitos do Idoso

CEDI/PR



7

304 edital, do qual alguns municípios manifestaram interesse, onde se enxergou que dentro do
305 orçamento da assistência é de onde se tentará mobilizar os recursos, com auxílio do Estado aos
306 municípios na implementação. Afinal, o encaminhamento para o projeto. **Parecer do CEAS:**
307 **Aprovado. 7. Relatório Disque Idosos – CPPI/SEJUF:** o responsável pelo Disque Idoso, o Sr.
308 José Francisco, relatou que assumiu o disque idoso com mais outros profissionais: dois
309 psicólogos, uma assistência, que realizava a estatística, e uma estagiária responsável pela
310 logística. No presente momento, exprimiu, só conta com o auxílio da estagiária em pedagogia que
311 agora realiza não só a logística, mas os ofícios, os atendimentos e os encaminhamentos para os
312 órgãos executores. Relatou que adotou-se desde o começo do trabalho uma maneira de interagir
313 com as denúncias, já que chegam com vieses diferentes do foco de proteção ao idoso, como a
314 posse de bens. Logo, a cada denúncia é avaliado a situação e a exposição ao risco de tal idoso,
315 onde se procura dinamizar e facilitar o acesso do auxílio ao idoso. Informou que há uma demanda
316 menor registrada, por isso, relatou que as atribuições têm sido bem conduzidas. A partir de então,
317 abriu-se inscrição par questionamentos e colocações. O Sr. Araújo questionou acerca da
318 porcentagem de queda da demanda, do qual o Sr. José respondeu que fora em torno de 60%. Sr.
319 José ainda explanou que embora o canal não seja de orientação jurídica, a experiência acarreta
320 nesse tipo de instrução, a fim de melhor auxiliar a pessoa idosa, mas com ressalvas e percebendo
321 os interesses. O conselheiro Aécio questionou acerca do serviço de gravação, visto que é um
322 instrumento oficial. Nesse sentido, a Dra. Rosana respondeu que é uma opção de trabalho, visto
323 que o perfil do Disque Idosos não é investigativo nos termos da lei. O Sr. José, a este respeito,
324 esclareceu também que a busca pelo sigilo, em proteção à moral da pessoa que relata, acarreta
325 em tal procedimento, repassando a denúncia para o aparato investigativo quando necessário. Dos
326 contextos de violência, o Sr. José associou o consumo de drogas por parte dos parentes e
327 familiares da pessoa idosa como a principal causa de agressões e exposição à situações de risco.
328 Relatou ainda que ultrapassou um período em que não obtinha resposta adequado do MP ao
329 repassar demandas aos órgão, do qual a Dra. Rosana elucidou que era acarretado pela falta de
330 resposta das promotorias, o que dificultava o planejamento estatístico. Assim, o Sr. José exprimiu
331 que modificou o ofício de encaminhamento da denúncia, diminuindo o prazo de resposta,
332 chegando até a 24h de prazo de resposta, a fim de agilizar o atingimento de resolução dos casos.
333 O Dr. Castellano relatou a assinatura em 12 de agosto de 2019 pelo Governador e pelo Secretário
334 Ney Leprovost, em conjunto ao Governo Federal, que se unificará o canal de denúncias, exigindo
335 adequação – ou seja, uniformização - ao protocolo de intenções assinadas; a mudança dá-se pelo
336 interesse do Governo Federal de ter conhecimento dos causos. Prosseguiu dizendo que pretende
337 simplificar a leitura dos dados enviados ao MP, filtrando-os. E em relação às gravações,
338 manifestou que é de interesse da gestão, mas que não houve ainda maneiras de levar adiante.
339 Exprimiu também que se repassou dois e-mail para a coordenadoria da assistência pedindo que
340 em casos solicitados, em razão da gravidade da denúncia, tenha-se até no máximo 48h uma
341 resposta – como não houve consideração, dar-se-á um prazo menor. O Sr. Araújo lembrou que o
342 Disque Idoso é fruto de uma deliberação do conselho, há 15 anos, pois a lei que criou o conselho
343 exprime, entre várias atribuições, a categoria de receber denúncias – a criação do Disque Idoso,
344 explanou, relaciona-se com o caráter de pessoalidade de cada denúncia, que demandava mais
345 tempo do que uma reunião mensal ofertava. Por isso, apontou para a necessidade de que a
346 prestação de contas seja mensal, visto que o Disque Idoso responde ao colegiado, podendo
347 avaliar o trabalho. Adiante, o Sr. Araújo apontou para necessidade de se resolver a questão que
348 envolve a falta de corpo de trabalho para o Disque Idoso, pois a capacidade de pessoal e
349 equipamento é imprescindível, como braço do conselho. Em relação às quedas das denúncias, o
350 Sr. José registou a atipicidade do ano de 2019, com poucos feriados alongados, onde a tensão
351 familiar tende a ser mais frequente e acarretar na violência contra o idoso. A conselheira Fernanda
352 comentou acerca do acesso mensal aos dados do Disque Idoso, apontando para a importância de
353 se obter dados estatísticos com tal ordem de prevalência para que se faça uma série histórica,
354 além de observar a prevalência. O Sr. José exprimiu concordância com a fala da conselheira e



Conselho Estadual dos Direitos do Idoso

CEDI/PR



8

355 registrou a discordância com a unificação nacional, tendo em vista a eficiência da perícia do
356 Disque Idoso no Estado, em comparação ao restante do país. Em relação aos relatórios e
357 planilhas, expôs que o canal emite diariamente os resultados, mas que a plataforma tornou-se
358 obsoleta, sem condição de apêndices, gerando a alteração dos dados por fatores desconhecidos;
359 assim, havia um projeto antigo e trabalha-se em torno de tentar buscar a modernização da
360 plataforma, em pesquisa. A conselheira Carol reiterou a importância dos dados para ações e
361 apontou para a destoamento do relato, tendo em vista que no site do Governo Estadual aponta-se
362 maior recebimento de denúncias nos últimos anos, com os dados de Maio maiores do que os dois
363 anos anteriores. O Sr. José esclareceu que seu relato tem uma categoria empírica, pois tem
364 sentido uma diminuição desde que assumiu os trabalhos. O Sr. Araújo apontou para a
365 preocupação, no entanto, de que a queda esteja associada à falta de divulgação. Dr. Castellano
366 também manifestou-se a tal respeito, dizendo que a aproximação da realidade dos dados é
367 necessária para ação; com isso, estabelecerá contato com a Dra. Rosana para tal. Já a
368 conselheira Adriana registrou a preocupação com o horário de atendimento do Disque Idoso, já
369 que a pessoa idosa pode ficar desamparada à noite e madrugada. O Sr. José expressou, contudo,
370 que o apoio à pessoa idosa durante a ocorrência está no canal 190, que funciona 24hrs por dia,
371 assim como o 181 – com quem se estabelece contato, já que há o repasse psicossocial para o
372 caso de violência, com um encaminhamento humanizado. O Sr. Dácio, presidente do CMDI de
373 Londrina, questionou se envolve-se a questão do aprimoramento aos municípios que estão com
374 seus conselhos mais abertos e divulgando melhor o atendimento, pois é onde está um maior canal
375 de resolução em conjunto com os CREAS e CRAS. O Sr. José expressou apenas sua defesa
376 pessoal aos centros, estando em contato com estes. A conselheira Carol, afinal, voltou a apontar o
377 caráter da qualidade dos dados que o conselho está aceitando, tendo em vista sua
378 contraprodução, inclusive ressaltando que a queda das denúncias significa um mau sinal, já que a
379 violência contra o idoso aumentou. Dessa maneira, solicitou os esclarecimentos à
380 responsabilidade do Disque Idoso, além de a visualização dos encaminhamentos demandarem
381 tais estatísticas. O presidente, com isso, rememorou o encaminhamento de que seja apresentado
382 na comissão de Normas e Fiscalização todos os meses, enquanto pauta permanente, um relatório
383 – inclusive com material físico – do Disque Idoso, e, com isso, gerar encaminhamentos. A Dra.
384 Rosana explanou sua preocupação da falta de memórias do conselho estadual, tendo em vista
385 uma queda da transmissão de informação de uma gestão à outra, mas visualizando também,
386 manifestou, com o futuro da apresentação da memória do CEDI e de suas deliberações. Com
387 isso, sugeriu ao colegiado que se pense em mecanismos de preservação da sua história, assim
388 como de seus valores e culturas. Outra situação, continuou, que os avós têm sido vítimas dos
389 netos, logo, um problema de criação na transmissão de geração a geração, requerendo um
390 posicionamento do CEDI nesse sentido, requerendo uma reflexão se a superproteção não é
391 danosa. A conselheira Adriana reiterou o posicionamento de centralizar a educação das crianças
392 como forma de combater a violência contra os idosos. Acerca das memórias, o presidente disse
393 que tudo o que fora produzido está na página do conselho, e assim ilustrou. Logo, a pertinência
394 seria de agrupar as informações em uma plataforma de mais fácil acesso, com divisões e
395 esquematizações simplificadoras. Voltando a questão do contato do Dr. Castellano com o CRM, o
396 Sr. Araújo questionou a Dra. Rosana o endereço das ILPI's para tal, esta por sua vez expressou que
397 os dados estão expressos em uma plataforma, mas recomendou a ida ao MP para melhor
398 visualização. O Dr. Castellano informou que fora encaminhado às regionais uma solicitação de
399 levantamento das ILIP's, com e sem atendimento médico, a fim de que na reunião com o CRM
400 entregue tais informações, visto que será realizado um chamamento, como já informado. **9. Pauta**
401 **2020 da Comissão Temporária da Plataforma Longe Viver:** o presidente relatou que esteve
402 junto com o Eduardo Ferreira, consultor do Banco Itaú que trabalha com a plataforma, e a Adriana,
403 onde o consultor propôs-se a disponibilizar algumas informações que são importantes, indo ao
404 encontro à ideia da construção de uma base de dados. Sendo assim, a conselheira Adriana
405 prosseguiu dizendo que a proposta era de fazer um cronograma com uma pauta permanente do



Conselho Estadual dos Direitos do Idoso

CEDI/PR



9

406 conselho, com controles e acompanhamentos mensais em relação à política pública. Sendo
407 assim, como proposta, indicou-se que por meio da conferência já realizadas, das propostas que lá
408 se obteve, realizar um levantamento das demandas dos municípios com um estudo paliativo dos
409 dados, cruzar os dados e perceber a área de atuação necessária – usufruindo dos recursos do
410 FIPAR. Por isso, de três blocos de atuação sugeridas pelo consultor, são estes: realizar o
411 levantamento, fazer editais que atendam as necessidades dos municípios e o fortalecimento dos
412 conselhos. E, após, catalogar as informações. O presidente rememorou a fala do Sr. Urandy
413 acerca da sensibilização das empresas para doação ao fundo, exprimindo que a precisão
414 diagnóstica possibilita acessar tais empresas e expor o porquê de a doação ser necessária. **11.**
415 **Relatos de Participação de Conselheiros/as em eventos:** A conselheira Fernanda relatou
416 acerca da participação no 10º COGER, no Distrito Federal. A conselheira expressou grande
417 satisfação em perceber a realidade a partir da territorialidade de cada regional e as políticas
418 públicas adaptadas para tal. Informou que os slides do evento estão disponíveis no site do
419 COGER, do qual exibiu alguns em plenária, apontando a abordagem acerca da expectativa de
420 vida no Brasil, promovendo a reflexão acerca do preparo que o Estado precisa ter para lidar com o
421 aumento de tais números no Paraná, tendo em vista o impacto que terá. Ilustrou também a
422 respeito do envelhecimento de pessoas que atravessam problemas não visualizados na
423 observação feita pela política pública, sendo estas vítimas de problemas cardíacos, depressão e
424 acidentes de trânsito, tendo sua falta de capacidade invisibilizada. Das pesquisas científicas no
425 evento, demonstrou a relação com a atividade física para idosos. Para discussão, a pauta da
426 doação de sangue realizada por pessoas acima dos 60 anos, tendo em vista que alguns médicos
427 autorizam, ainda que não seja o recomendado, gerando pauta de pesquisa e discussão para o
428 colegiado. Adiante, o Sr. Araújo relatou acerca da construção nacional de um fórum permanente
429 pelo direito da pessoa idosa, constituído de fóruns estaduais, com 9 estados participantes. A ideia
430 de tais fóruns é garantia e defesa dos direitos da pessoa idosa e fórum nacional promove um
431 encontro, onde participam fóruns credenciados ou não e pessoas avulsas, sendo dessa vez em
432 Manaus. O Sr. Araújo lá esteve representando o fórum nacional. Elucidou que o debate lá realizado
433 discute o envelhecimento em termos políticos, do qual é emitida uma carta do Estado em que se
434 participou. Tratou-se da reforma da previdência e seus malefícios e da sustentabilidade ambiental.
435 Uma das propostas aprovadas foi de que em cada fórum haja uma fala dos deputados que
436 votaram contra e favor da previdência a fim de que se possa posicionar nas próximas eleições.
437 Realizaram uma moção de repúdio à PEC 187, assim como à medida que extingue assistência
438 social do INSS e uma moção de apoio à proposta de extinção de decreto que mudou o conselho
439 nacional. Também houve moção de repúdio à proposta da previdência social. O conselheiro Maia
440 relatou acerca da formatura da UNATI em Paranaguá, na UNESPAR. Mais uma oportunidade de
441 avaliar e perceber o benefício das UNATI's. Já a conselheira Adriana, por fim, informou que esteve
442 no 6º Colóquio Sobre Direitos da Pessoa Idosa, com o tema relação de direitos e violência, em
443 Ponta Grossa. Expressou a respeito da palestra com a Lúcia Seccoti e com a Dra. Rosana. Aquela
444 apresentou as questões referentes ao conselho, tendo em vista o fortalecimento das ações e a
445 integração Estado e federal, além de mostrar um panorama da violência e as ações de combate,
446 enquanto esta apresentou o Estatuto do Idoso a partir do olhar sobre as violências, além de
447 elucidar o significado de maus tratos; levou também a questão da alienação parental para a
448 pessoa idosa, quando os filhos chantageiam seus pais idosos de diversas maneiras, e sobre a
449 necessidade de se cuidar dos pais idosos e a condição de amar ou não amar tal pessoa, tendo
450 em vista sua história individual, expondo a necessidade de cuidar, com vistas ao abandono
451 inverso. Dos desafios da violência, Dra. Rosana ainda expressou sobre maneiras de lidar com a
452 violência, passando pelo aprimoramento da gestão pública com ampliação de conhecimento e a
453 autocrítica, desenvolvendo o trabalho junto às pessoas idosas, além de incluir a lei brasileira de
454 inclusão sobre a pessoa idosa com deficiência, levando 16 tópicos que mudam a perspectiva
455 neste sentido – para tal, a conselheira Adriana manifesta o interesse de que a própria Dra. Rosana
456 apresente o material em uma outra oportunidade, assim como das outras questões apresentadas



Conselho Estadual dos Direitos do Idoso

CEDI/PR



10

457 no evento. Os slides foram disponibilizados no site do Núcleo do Idoso da UEPG. Conselheira
458 Adriana relatou também da participação do Paraná Consciente, em Londrina, evento do Dep.
459 Cobra. Expôs que se participou e apresentou acerca da violência contra a pessoa idosa no
460 Paraná. Um evento inovador, com vários segmentos, gestores e técnicos de diversas áreas de
461 atuação. Da Pessoa Idosa, além da apresentação acerca da violência, o Dr. Castellano
462 apresentou acerca da política pública para a Pessoa Idosa. O evento foi interativo, com recursos
463 tecnológicos a fim de facilitar perguntas, anotações e afins, além de transmitido virtualmente. A
464 conselheira, porém, fez a consideração de que a pauta da pessoa idosa foi um pouco
465 negligenciada, ficando apenas para o final e enxugando o tempo de fala. **10. Planejamento 2020:**
466 o presidente expressou que o planejamento tem relação com as áreas de atuação objetiva que se
467 pretende, logo, abriu-se para sugestões dos conselheiros do que seria necessário e prioridade,
468 além da avaliação do trabalho realizado. Contudo, antes da apresentação do planejamento, o Sr.
469 Urandy realizou algumas observações que considerava necessárias em razão de sua vivência
470 longo de acompanhamento ao conselho. Assim, expressou que embora tenha sempre se tratado de
471 assuntos de interesse à pessoa idosa, deixa-se de atender parte da lei criadora do conselho, o
472 artigo 4º e o artigo 5º da lei 11.863 de 23/10/1997, em que os incisos destacados expõe que é
473 preciso estabelecer prioridades de atuação e definição da aplicação dos recursos públicos
474 estaduais destinados à política pública social e básica de atenção ao idoso, sendo, assim, umas
475 das funções do conselho, enquanto o inciso terceiro diz que o acompanhamento da elaboração e
476 da avaliação da proposta orçamentária do Estado indicando aos conselhos de políticas setoriais,
477 ou, no caso de inexistência deste, ao Secretário de Estado competente, as modificações
478 necessárias às políticas, bem como a análise das aplicações de recursos relativos à competência
479 deste conselho, do qual, segundo o Sr. Urandy, não se tem participado de tal confecção. Após
480 exposição e orientação, o presidente abriu inscrição para os demais conselheiros. A conselheira
481 Fernanda apontou a necessidade de se criar um planejamento de comunicação para todo o ano,
482 já que o recurso já fora aprovado – para tal, indicou a plataforma Longe Viver como modelo, com
483 a possibilidade de trazer os construtores desta para auxiliar o trabalho. O Dr. Jorge expressou que
484 um assunto de grande interesse, autonomia e dignidade do idoso seria estabelecer diálogo sobre
485 as diretivas antecipadas de vontade, pois o idoso deve ter o direito, o dever e a oportunidade de
486 apontar como que o fim de sua vida – para tal, o conselheiro comprometeu-se em aprofundar-se
487 no assunto e encaminhar neste sentido. O presidente, assim, colocou tal questão como tema da
488 palestra da reunião em Cascavel, com o Sr. Jorge como palestrante. A conselheira Elisa
489 complementou dizendo que seria necessário promover uma reflexão a um outro tipo de idoso, o
490 semidependente, pleno de suas faculdades cognitivas, mas sem uma capacidade funcional tão
491 grande, que é sobre quem as diretivas geralmente saem. O presidente, a partir disso, propõe a
492 realização de uma mesa redonda para se debater o tema, a fim de se chegar à melhor
493 compreensão da maneira que se deve conduzir o assunto. A conselheira Cláudia, a este respeito,
494 disse que o fechamento da atividade da ABRAZ Paraná envolveu o assunto que das diretivas,
495 onde um grupo de geriatras realizaram um trabalho sobre o tema, e expressou acerca dos Centro
496 Dia e ILPI's, já que o papel destes é atender o idoso com ou sem preservação cognitiva,
497 adentrando a questão da autonomia. O Dr. Castellano manifestou que as cartilhas foram
498 finalizadas e informou que foi acertado com o CRM que entre fevereiro e abril se fará um encontro
499 em que constará as pautas da finitude, direitos do paciente, direitos do médico e afins – algo de
500 esclarecimento da parte médica. O Sr. Aécio ressaltou a importância de se debater acerca da
501 finitude, tendo em vista o processo de envelhecimento que o mundo atravessará. Adiante, o
502 presidente apontou para a efetividade de um plano para o conselho, do qual a conselheira
503 atenuou sob a ótica de traçar um caminho que gere produtividade. **12. Informes dos**
504 **Conselheiros e Colaboradores:** o conselheiro Matheus M. dos Santos manifestou seus desejos
505 de que no próximo ano os desafios do CEDI possam ser realmente pautados na construção de
506 políticas públicas efetivas factíveis e sólidas, tendo em vista as dificuldades atravessadas no
507 presente ano na transição realizada. **13. Encerramento:** após discussões, relatos, apresentações



Conselho Estadual dos Direitos do Idoso

CEDI/PR



11
508 e exposições, o presidente agradeceu ao colegiado pela presença e dedicação durante todo ano,
509 além da confiança depositada em seu trabalho diretivo, e a reunião encerrou-se. A presente ata foi
510 redigida pelo estagiário Gabriel de Franco Rocha, sendo a Juliana Muller, a Secretaria Executiva.
511 Após aprovada, este documento será publicado no DIOE e inserido no site do CEDI/PR.